

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - 2021 - 2

**A Natureza e a História Natural no Diário Resumido do Dr. José de Saldanha (c.  
1786-1788, Rio Grande de São Pedro)<sup>1</sup>**

Daniel Pasini Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Fábio Kühn

**Resumo:** Esse trabalho analisa o documento “Diário Resumido” produzido pelo astrônomo da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, Dr. José de Saldanha no que tange suas notas sobre a História Natural do Rio Grande de São Pedro e qual concepção de Natureza constroem. Foi produzida uma contextualização da História Natural portuguesa seguida de uma análise de quatro temas do documento. Desvelou-se uma representação da natureza carregada de relações com o relevo e o espaço demarcado. Conclui-se que, diferente do que o postulado em outras análises, tal empreendimento foi mais útil à territorialização da região que ao desenvolvimento da ciência naturalista portuguesa, o que abre espaço para repensar o lugar dessa ciência nas demarcações.

**Palavras-chave:** Tratado de Santo Ildefonso (1777-1801); História Natural; Natureza; Rio Grande de São Pedro.

**Abstract:** This work analyzes the document “Diário Resumido” produced by the astronomer of the demarcation of the Treaty of Santo Ildefonso, Dr. José de Saldanha regarding his notes on the Natural History of Rio Grande de São Pedro and what conception of Nature they create. A contextualization of Portuguese Natural History was produced followed by an analysis of four themes of the document. A representation of nature was discovered, loaded with relationships with the landform and the demarcated space. It is concluded that, different from what was postulated in other analyses, such an undertaking was more useful to the

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História.

territorialization of the region rather than to the development of Portugal's naturalistic science, which opens space to rethink the place of this science in the demarcations.

**Keywords:** Treaty of Santo Ildefonso (1777-1801); Natural History; Nature; Rio Grande de São Pedro

## INTRODUÇÃO

No final do século XVIII, uma série de expedições de demarcação de limites foram tomadas nas fronteiras entre a América Portuguesa e a Espanhola. Nascidas do Tratado de Santo Ildefonso (1777), que por sua vez é resposta aos defeitos do Tratado de Madrid (1750), tais expedições carregavam mais funções que a cartografia e delimitação desses limites, uma delas sendo a descrição da natureza regional segundo os métodos da História Natural. Dentre os demarcadores encarregados, quase nenhum era especializado na metodologia dessa ciência. A literatura histórica moderna, então, compreende que essas observações foram para a ciência naturalista, de forma simplificada, infrutíferas. Logo, surge o questionamento acerca de qual função essa História Natural realmente carregava e, de forma mais aprofundada, que concepção de Natureza ela produziu.

Apesar dessa empreitada naturalista aparentar certa estranheza em relação ao resto do tom geográfico do documento, a partir de uma análise minuciosa do “Diário Rezumido, e Historico, ou Relação Geographica das Marchas, e Observações Astronomicas, com Algumas Notas sobre a Historia Natural, do Paiz” do demarcador Dr. José de Saldanha, foi possível desvelar uma série de interesses metropolitanos, científicos e individuais que se interseccionam especificamente nessa produção científica. Dada a reconstrução desse contexto, apoiado na bibliografia atualizada sobre a ciência naturalista e sobre as redes de informação do século XVIII, é possível redefinir a função histórica que a imposição das análises naturalistas teve no contexto das demarcações do Tratado de Santo Ildefonso.

Nesse intuito, faz-se necessário uma rápida abordagem do contexto da História Natural nos setecentos, com especial atenção aos desdobramentos do contexto de Lisboa. Nesse sentido, tais movimentos têm influências nítidas do iluminismo do tipo luso-brasileiro, com sua ênfase no utilitário e pragmático. Por fim, antes de adentrar a análise do documento, é prudente abordar os motivos da negociação que resultou no Tratado de Santo Ildefonso e suas mudanças em relação ao Tratado de Madrid. Após tal análise, é feita uma reflexão acerca

da representação da natureza construída pelas notas de História Natural, em vias de compreender como essa se insere no contexto de territorialização que definiu os limites do Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII. Ressalta-se, também, que nesse artigo ao tratar Natureza com “N” maiúsculo, trata-se da representação produzida pelo Diário (somente o que é selecionado e trabalhado como História Natural), enquanto natureza com “N” minúsculo refere-se ao uso comum do termo.

Ademais, uma das funções da História, na sua longa e metódica investigação sobre o passado, é responder às perguntas do presente. A pesquisa aqui proposta alinha-se com essa função, pois, dada a emergência (ainda sem solução) das questões climáticas, surgem dúvidas sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente ao longo dos anos. Na intenção de contribuir para futuras pesquisas históricas sobre esse tema, que podem vir a surgir na medida que a problemática também tende a crescer, justifica-se a investigação aqui desenvolvida, já que trata de um assunto por vezes negligenciado pela perspectiva histórica e social. Além disso, o Diário Resumido de Dr. Saldanha já foi bem trabalhado na etimologia que levanta, nas concepções antropológicas que constrói sobre os povos indígenas, além do seu lugar nos processos de apropriação do território do Rio Grande de São Pedro. Todavia, as notas de História Natural foram por vezes desconsideradas, seja por não terem sido realizadas por um naturalista de carreira, seja por serem apenas destaques de uma obra alternativa extraviada. Por outro lado, a análise feita apresenta uma perspectiva que pode reavaliar a função da História Natural não apenas nesse diário, mas nas demarcações do final do século XVIII como um todo, retratando esses diferentes interesses no uso da ciência naturalista pelos processos de territorialização.

## **1 A HISTÓRIA NATURAL**

### **1.1 A Ciência Naturalista no séc. XVIII**

A História Natural foi um campo diversificado que, aos olhos contemporâneos, pode parecer contraditório. Ao basear-se em traçar ligações e categorias entre os elementos da natureza, essa forma de ciência juntava saberes da Zoologia, Botânica, Mineralogia e Anatomia. Ainda que a Botânica e a Zoologia sejam relativamente próximas do ponto de vista atual, a Mineralogia é hoje do interesse da Geologia, um campo que é mais próximo à Geografia, à Física e à Química do que à Biologia. A Anatomia, também, possuía uma função muito peculiar, sendo absorvida pela Biologia, mas também pela Medicina. Naquele

momento, as concepções do século XIX de evolução das espécies, de ancestral comum, caras ao entendimento atual sobre a Natureza, estavam em um estado mais próximo a proposições filosóficas do que de teorias bem aceitas. Tais questões eram assuntos de debates entre os intelectuais naturalistas e filósofos (PIMENTA, 2018, p. 1-10), mas no século XVIII não chegaram a constituir o fundamento da maioria das observações naturalistas, principalmente das orquestradas por Saldanha.

Na História Natural, algumas dessas categorias de análise são interessantes para nosso propósito, muitas das quais foram trabalhadas pelo filósofo Pedro Paulo Pimenta (2018). Segundo o autor, nos debates franceses entre os enciclopedistas Diderot e d'Alembert e um de seus correspondentes, Buffon, é possível analisar uma série de conceitos filosóficos que ganham forma e posteriormente são absorvidos pela Biologia ou abandonados. Dentre eles, destaca-se a noção de finalidade, que define se as espécies seguem algum tipo de fim em comum (autoconservação, proliferação, etc...), mas também a concepção de sistema, ordem, organização, entre outros conceitos. Tais discussões sobre a história dessa ciência podem parecer específicas demais a esse campo, mas uma análise que as desconsidere perderia de vista o papel fundamental de construção de uma estrutura que essa ciência está desempenhando no contexto das demarcações do Tratado de Santo Ildefonso.

Tais conceitos são profundamente trabalhados por Foucault na sua análise da História Natural no capítulo quinto em “As Palavras e as Coisas” (2000:1966, p. 171-227). Segundo esse clássico autor francês, a ciência naturalista tinha como objetivo principal construir uma forma de representação da natureza que pudesse tornar perceptível uma certa ordenação da realidade. Em outras palavras, na sua nomeação e ordenação, a História Natural constrói sinais com os quais os sujeitos podem trabalhar, através da linguagem, uma certa racionalização da diversidade entre os seres. Tal ordem é para alguns naturalistas um aspecto real imposto pelo Ente Criador, como Saldanha e Buffon<sup>2</sup>, mas para outros, como Diderot e d'Alembert, é um artifício linguístico pragmático. Nessa lógica, a ordenação não trata-se de um subproduto ou de um fundamento *a priori*, mas sim um dos objetos de estudo primários da História Natural, seja inventado ou real. Como coloca Foucault, “naturalista é o homem do visível estruturado e da denominação característica” (p. 223), duas tarefas que o Dr. José de Saldanha é encarregado de exercer.

---

<sup>2</sup> “A natureza é o sistema de leis estabelecidas pelo Criador” (BUFFON, apud PIMENTA, 2018, p. 2), tal frase faz parte de uma carta direcionada aos dois enciclopedistas como uma definição.

## 1.2. Lisboa e Coimbra no Theatro da Natureza

A História Natural no Império Português, por outro lado, tem um desenvolvimento mais próximo da reafirmação do pacto colonial e da absorção de indivíduos à máquina pública do que debates filosóficos entre conceitos e pensadores. Em primeiro lugar, é preciso conhecer os atores de Portugal que desempenharam um trabalho similar a de Buffon e de Lineu e em sequência desvelar de que forma o naturalismo no contexto português se desenrola.

A partir de 1772, a Universidade de Coimbra passa por uma importante reforma que visava, antes de tudo, a construção de uma elite intelectual polivalente e que tinha entre seus alunos José de Saldanha (DOMINGUES, p. 134). Domingos, ou Domenico, Vandelli foi o professor então encarregado de cuidar do ensino de História Natural em Coimbra. Além disso, esse naturalista paduense foi também o diretor do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda (ibid, p. 137). É válido, antes de tudo, ressaltar que Vandelli também estava encarregado do planejamento das Viagens Filosóficas, empreendimentos de observação naturalista nas colônias do final do século XVIII, além de ter escrito textos de instrução para observações naturalistas (NEVES e SEGANTINI, 2020).

Apesar dessa gigantesca influência de Vandelli na instrução e nos empreendimentos da História Natural, o principal agente de propagação e administração dessa ciência feita na colônia americana portuguesa foi o Estado português. Como muito bem trabalhado por Ângela Domingues (2012) e Ronald Raminelli (2008), o Conselho Ultramarino era o principal encarregado de receber e administrar todas as remessas enviadas pelos naturalistas, mas também pelos governadores, outros funcionários públicos e demais indivíduos. Também, esse órgão foi o principal intermediário entre a produção de informações da colônia, sejam notícias ou produções científicas, e a compensação desses serviços através de mercês e outras benesses pela corte. Conseqüentemente, naquilo que Domingues compreende como “redes de informações” e que Raminelli chamará de “governo à distância”, não apenas o Conselho Ultramarino desempenha um papel essencial, mas também a produção de conhecimento *in loco* pelos agentes do Estado e demais sujeitos da região.

Nesse sentido, a História Natural produzida nas Demarcações, por mais “fora de lugar” que pareça ser, é perfeitamente condizente com as demandas do Estado português por informações sobre suas colônias e a tradição da troca de mercês por tais notícias. Em um primeiro momento de pesquisa, acreditava-se que a História Natural das demarcações era

mais próxima à desenvolvida nas Viagens Filosóficas que foram suas contemporâneas, como a de Alexandre Ferreira, mas após análises mais aprofundadas do Diário foi possível perceber que os empreendimentos de História Natural produzidos na colônia destoam bastante no que tange suas características, a Natureza que compõe e sua função para o império português.

### 1.3. A Terra Brasilis no Theatro da Natureza

Para buscar entender qual função exerce o intento naturalista no diário de Saldanha, é preciso antes definir a principal forma pela qual o conhecimento naturalista era produzido sobre a América portuguesa durante o século XVIII, essa que foi as Viagens Filosóficas (ou Científicas). É necessário, antes, ressaltar que tais expedições de cunho científico tiveram pouca expressão antes do começo do século XIX, que viveu o que Lorelai Kury (2004) vai denominar “reavaliação dos trópicos”: com a vinda da Corte, houve também uma explosão de produção científica sobre a região, o que é uma situação excepcional, visto que o iluminismo possuía um sentido de produção do conhecimento do centro para a periferia, e não o contrário. Esse evento, no entanto, é precedido pelas Viagens Filosóficas, às quais Ronald Raminelli (2008) afirma que objetivavam construir “um grande inventário da natureza e dos povos” (p. 97), através de expedições *in loco* que tratariam da análise, classificação e remessa de objetos naturais, com a finalidade de posterior ordenação, escritura de livros de História Natural e organização de coleções de valor educacional. Tais empreendimentos, ademais, possuíam profundas relações com a administração ultramarina, que, como evidenciado pela análise dos manuais naturalistas trabalhados por Verona Segantini e Marta Neves (2020), carregavam “o interesse pelo conhecimento da natureza, assumido pela administração colonial Portuguesa, como estratégia política e econômica para introduziram reformas no âmbito do pacto colonial” (p. 599). Como se sabe, o Diário Resumido do Dr. José de Saldanha, no entanto, não é uma memória de uma Viagem Filosófica, mas sim um repositório de informações majoritariamente astronômicas e geográficas, com algumas notas de cunho naturalista e etnográfico.

No que tange esse pragmatismo, mais aquém das prováveis influências de Dr. José de Saldanha, mas que carrega essa mesma característica da História natural setecentista, está o Iluminismo Luso-Brasileiro. Segundo o verbete “Iluminismo” no Dicionário Político de N. Bobbio (1998, p. 605), esse se caracteriza como “uma filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional; seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida”. Esse movimento de caráter político-científico, que teve origens fundamentalmente

contrárias ao Antigo Regime, encontra uma metamorfose muito própria no contexto ibérico que teve o utilitarismo, de cunho econômico, como sua característica principal. Como levanta Lorelai Kury (2004, p. 110) o iluminismo luso-brasileiro: “privilegiou o lado prático da ciência e da filosofia, em detrimento de vertentes mais propriamente políticas”. Não é de se estranhar que tal privilégio tenha surgido no contexto de plena vigência do Antigo Regime em Portugal ainda no final do XVIII, dado que, como levanta Chartier (apud KURY, 2004, p. 110): o iluminismo não produziu apenas grandes ideias humanitárias, mas também buscou uma “reunião de práticas administrativas, executadas, em geral, pelo Estado e visando racionalizar o funcionamento da sociedade”. Dessa forma, o iluminismo de tipo luso-brasileiro partilhava do mesmo viés pragmatista da História Natural ao produzir conhecimento com fins administrativos, o que explica por qual razão o matemático foi encarregado de produzir observações naturalistas. A aproximação do seu perfil pessoal a um *homme de lettres*, possuidor de dois títulos de doutor pela então reformada Universidade de Coimbra, configura sua entrada no que Ângela Domingues (2012) categoriza como “elite intelectual”, carregada de conhecimentos variados e não tão especializados, que vai adentrar os postos administrativos da colônia americana. Esse, posteriormente, é o caso de Saldanha, que pelo seu casamento no Brasil e pelas mercês que recebe devido à demarcação, rapidamente é absorvido, como também foram seus colegas, pela elite estancieira do Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 1980, p. 144-153).

Por outro lado, a construção de conhecimento sobre a colônia, incluindo sobre sua fauna e flora, não é um fenômeno exclusivo do século XVIII. Ronald Raminelli (2008) aponta que, desde o “descobrimento”, a troca de informações sobre a colônia por mercês foi um dos principais mecanismos de sustento do que o autor chama “império à distância”. No seu livro, Raminelli descreve uma dezena de casos de governadores de capitanias e agentes do Estado, como Gabriel Soares de Sousa, Abreu de Brito e Diogo do Couto, mas também pessoas comuns, como Pedro Teixeira, que pelas suas crônicas sobre a expansão colonial receberam distinções, mercês e benesses. A remessa de objetos de origem natural e descrição de potencialidades da fauna e da flora, aliada a essas redes de informações alimentadas pelo Estado, cresce por volta do século XVIII, mas raramente sendo conduzida por naturalistas de carreira, geralmente feita por governadores e membros da administração em contato com o Conselho Ultramarino. A produção de conhecimento de cunho científico sobre a Natureza das colônias feita por “especialistas” passa a adentrar a agenda do Estado português a partir do Tratado de Madrid. Ainda assim, Raminelli classifica como infrutíferas as tentativas do

Estado de extrair informações de História Natural dos seus demarcadores de Madrid. Nas palavras do autor:

“nos papéis produzidos pelas partidas, não se verificaram estudos e classificações botânicas e zoológicas relevantes, pois seus registros se atinham apenas ao emprego econômico e medicinal das espécies localizadas. O resultado do empreendimento científico não poderia ser diferente, pois a finalidade última da expedição era demarcar terras e não examinar as espécies segundo os princípios de Lineu.” (2008, p. 72)

No entanto, o Tratado de Santo Ildefonso, firmado em 1777 e com início de suas demarcações em 1784, encontra um contexto muito diferente no que tange às capacidades desse naturalismo produzido por demarcadores, graças à reforma de Coimbra, mas também ao contexto das suas demarcações.

## **2 OS TRATADOS E AS DEMARCAÇÕES**

### **2.1 Os Tratados**

No ano de 1750, assinado entre os reinos de Portugal e Espanha, o Tratado de Madrid pôs um final provisório a centenas de disputas territoriais que geraram embates diplomáticos entre os países durante séculos. Tais debates nasciam do problema de fazer valer o Tratado de Tordesilhas, acordado três séculos antes entre os países, que dividiu a América em duas partes, a oriental de posse de Portugal e a ocidental da Espanha. Com duzentos e cinquenta anos seguintes de colonização da América, tal tratado perdeu sua força política, principalmente devido aos avanços de Portugal para além da linha provisória. Consequentemente, mudanças eram necessárias e se tornavam uma necessidade maior a cada novo conflito.

Um século antes desse tratado, em 1648, foi acordada a Paz de Westfália, dando fim a Guerra dos Trinta anos e inaugurando uma nova fase nas relações entre países europeus, essa que agora seria caracterizada pelo uso soberano dos territórios. Tal soberania passa a ser fundamentada através da ciência da produção de mapas, segundo as teses de Íris Kantor (2009), chamada Cartografia, que representa o território geográfico de um país através de linhas e sinais iconográficos, constituindo um mapa ou outros tipos de cartas e representações. Na Península Ibérica, tal ciência encontra sua primeira grande estreia enquanto ferramenta diplomática somente em 1750, justamente no Tratado de Madrid. Para fazer a cartografia dos limites impostos por esse tratado foi necessário organizar missões demarcadoras, responsáveis por coletar *in loco* as informações sobre o relevo a ser representado nos mapas.

O Tratado de Madrid, no entanto, não foi aceito por todas as partes nele envolvidas. Na região sul da colônia portuguesa, onde hoje se encontra o Rio Grande do Sul, a fronteira proposta atravessava ao meio a região das Missões Jesuíticas. A separação pela fronteira implicava estar sobre a soberania Portuguesa, o que na década de 1750 e 60 significa estar sob o jugo do regime pombalino, contrário às Missões e a favor da “incorporação” dos povos indígenas à sociedade colonial, por vezes através de trabalho compulsório e assentamento forçado (KANTOR, 2009, p. 47). Do ponto de vista das missões, a situação era tal qual Elisa Garcia a descreve:

“Até então, [os povos indígenas das missões e regiões ribeirinhas] tinham atuado na defesa dos interesses espanhóis contra as pretensões portuguesas, especialmente nas disputas pela Colônia de Sacramento, e agora, em retribuição a tais serviços, o rei lhes « recompensava » com a entrega de seus povos a seus piores inimigos.” (2011, p. 74, parênteses meu).

Acostumados à política Espanhola, que era mais tolerante, e separados dos outros assentamentos com os quais mantinham importantes relações, os povos indígenas das missões e os jesuítas se levantaram contra o Estado português no que ficou conhecida como a Guerra Guaranítica, um conflito que durou 3 anos. Apesar da vitória das forças coloniais, a região das Missões continuou a revoltar-se contra os portugueses. Essas e outras instabilidades de outras regiões da América portuguesa levaram a reavaliação do Tratado de Madrid por parte das potências ibéricas.

Assim, o Tratado de Santo Ildefonso, de caráter provisório, acordado em 1777 entre Portugal e Espanha, busca resolver essa questão ao devolver as Sete Missões Orientais aos espanhóis, além de abordar outras questões territoriais de outras regiões da colônia sul-americana. Existe uma série de peculiaridades desse tratado, como a existência de terras que não pertencem nem à Espanha e nem à Portugal denominadas “Campos Neutrais”, que tiveram grandes impactos na forma que o Rio Grande do Sul possui hoje (CESAR, 1970, 199-205). Tal tratado foi posteriormente invalidado, mas os processos de sua demarcação “permitiram um maior conhecimento do território e conseqüentemente sua apropriação” (OSÓRIO, 1980, p. 153). Essa apropriação é conduzida, em certa medida, pelos próprios demarcadores, que são absorvidos ou pela administração colonial ou pela elite estancieira local, como relata Helen Osório.

Ademais, uma das suas características de grande relevância para esse trabalho é o nível de instrução dos seus demarcadores, herança do “iluminismo pragmático” previamente

discutido. Saldanha é o exemplo português com o qual dialogamos, mas do lado espanhol encontram-se figuras como Félix de Azara e André de Oyarvide. Segundo Bruna Sirtori (2008), ao comparar Azara e Saldanha, a produção dos mapas e dos relatos dos espanhóis se demonstra superior em qualidade e em número. As descrições de Félix são mais prolixas e desenvolvidas, enquanto Saldanha geralmente se atém à objetividade do relevo e à linguagem técnica. Ainda, o relato de Azara chega a ser publicado na França no ano de 1809, sendo citado por Charles Darwin (Ibid, p. 13), enquanto o Diário Resumido de Saldanha restou aos arquivos. Esse nível de educação foi, segundo a autora, uma exigência à credibilidade das informações levantadas e demonstra um grande desenvolvimento das nações ibéricas no uso prático do conhecimento científico quando comparado ao Tratado de Madrid e épocas anteriores.

Esses demarcadores, também, construíram rapidamente relações com o “Continente de São Pedro”, como bem desenvolvido por Tiago Gil e Carlos Valencia (2005). Segundo os autores, uma das evidências dessas ligações se dá pela quase ausência de relatos de contrabandos nos diários portugueses, enquanto no lado espanhol tais denúncias são frequentes. Tal omissão, por conseguinte, se forma devido às relações entre os demarcadores portugueses, a família Brito Peixoto e Rafael Pinto Bandeira, personagens que detinham valiosas ligações com os povos autóctones através da preia de gado e que auxiliaram as partidas com e mantimentos e possibilidade de residir em suas terras momentaneamente.

É possível compreender, então, o Tratado de Santo Ildefonso como um dos principais responsáveis pela configuração do Rio Grande de São Pedro no final do século XVIII (SIRTORI, 2008, p. 5), seja pela sua importância nos processos de territorialização da região através de uma construção de conhecimento mais científica e pela formação dos Campos Neutrais, seja pela influência econômica e política que seus demarcadores passam a desempenhar naquela sociedade por meio da incorporação direta à elite regional.

## 2.2 O Demarcador

Segundo o historiador Aurélio Porto (apud SALDANHA, 1938, p. 144-162), José de Saldanha nasceu em Lisboa no ano de 1758, filho do Dr. Duarte Rebelo de Saldanha e d. Leonor Teresa da Silva. Ainda durante seus estudos, casou-se com d. Mariana Efigênia de Fonseca em Lisboa. Alguns anos após a demarcação, Saldanha casou-se novamente em Rio Pardo no ano de 1791, apesar de já estar casado em Portugal. As repercussões desse caso de

bigamia se estende ao longo de sua vida, dado que passou a negar o primeiro casamento, mas não chega a ser solucionado devido às fortes ligações que Saldanha desenvolveu com os governadores da capitania do Rio Grande de São Pedro.

Na sua juventude, Saldanha foi aluno do prestigioso Colégio de Nobres e continuou sua formação na Universidade de Coimbra, após sua marcante reforma de 1772, como Bacharel em Filosofia e Matemática, com especialização em Geografia e Astronomia. No ano de 1782, partiu à colônia americana portuguesa, residindo no Rio de Janeiro onde trabalhou brevemente com cartografia até viajar ao Rio Grande de São Pedro. Sua extensa formação universitária lhe possibilitou atuar como astrônomo da primeira missão de demarcação do Tratado de Santo Ildefonso nessa região, que começou em 1784 e se estendeu até 1788. Seu Diário Resumido, no entanto, relata os períodos de 1786 a 1787, quando sua partida foi separada em duas.

Após o final da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, Saldanha adentra os meios militares ao receber o cargo de capitão de infantaria, atuando como engenheiro. Os contatos adquiridos e os trabalhos prestados lhe auxiliaram a exercer, entre os anos de 1803 e 1805, o posto de comandante de Missões. Posteriormente, mudou-se a Porto Alegre, onde trabalhou como cartógrafo até sua morte em 28 de maio de 1808. Ademais, sua história é mais complexa que esse breve resumo e merece um trabalho específico que retrate sua biografia extensivamente.

Além do Diário Resumido que se analisa neste artigo, Saldanha também produziu outro diário de reconhecimento anos após, dessa vez tratando da região da Serra Geral e os limites do Rio Pardo, no ano de 1798. Escreve, no mesmo ano, uma memória sobre a vida do Sargento Glauber. Nos próximos anos até seu falecimento em 1808, produz uma série de mapas e documentos de cunho cartográfico. Tais produções são lembradas pelo matemático na troca de correspondências entre o governador Paulo José da Silva Gama e o príncipe regente D. João em 1806, nas quais defende o merecimento de uma promoção ao cargo de tenente-coronel (AHU\_ACL\_CU\_019, Cx 11, D. 676, 1806).

No que tange seu Diário Resumido, tanto o historiador Walter Spalding no final dos anos 1960 quanto o diretor da Biblioteca Nacional em 1938 Rodolfo Garcia reconhecem nesse documento uma fonte cara a cultura regionalista gaúcha, dada a extensa etimologia que o demarcador produz sobre a região e seus termos, sendo considerados inéditos muitos deles. O texto também já foi muito trabalhado na “etnografia” que produz sobre os povos indígenas,

em especial os Minuanos, em outros artigos mais recentes. Sua História Natural, no entanto, ora foi esquecida pelas análises, ora foi eclipsada pelas produções do naturalista contemporâneo Alexandre Ferreira ou pelo demarcador espanhol da mesma missão Félix de Azara que encontrou mais sucesso científico com suas observações.

### **3 O DIÁRIO**

#### **3.1 O Documento**

O “Diário Rezumido, e Historico, ou Relação Geographica das Marchas, e Observações Astronomicas, com Algumas Notas sobre a Historia Natural, do Paiz” do Dr. José de Saldanha foi escrito em 1787, mas constando nos Anais da Biblioteca Nacional apenas a partir de 1938, onde se encontra o objeto físico até hoje. Ademais, o termo “Resumido” faz referência uma versão “Geral” que já não se encontra nos arquivos, além de que no texto se fazem dezenas de menções ao “Suplemento de História Natural”, que teria carregado as observações naturalistas completas. Essas outras versões do texto, no entanto, não foram encontradas nos museus e arquivos consultados, nem foram utilizadas em outros artigos e publicações.

Segundo Walter Spalding (1969), o Diário foi recolhido do arquivo pessoal do matemático em Porto Alegre após a sua morte em 1808. Segundo uma troca de correspondências em 1806 entre o governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, Paulo José da Silva Gama e o Príncipe Regente D. João, na qual há o requerimento de Saldanha por uma promoção a tenente-coronel onde relata seus feitos com atestados, há menção de que o Diário original foi enviado à Corte (AHU\_ACL\_CU\_019, Cx 11, D. 676, 1806). É possível que, então, aquele recolhido seja uma cópia e todo o material original tenha sido enviado à Portugal na época. Até onde se sabe, tanto a versão estendida do Diário quanto o “Suplemento de História Natural” estão extraviados.

#### **3.2 Como, Por Qual Razão e Para Quem**

Já na introdução de seu texto, o Dr. José de Saldanha, astrônomo da partida, descreve que seu objetivo com o diário é expressar “as circumstancias, noticiais e movimentos dos sucessos” (SALDANHA, p. 165) da expedição de demarcação, com algumas breves notas sobre História Natural e do País. O documento aqui analisado é a sua versão final, que foi

considerada pelo autor como “resumida” e que, apesar de sê-la, ainda trata-se de um documento extenso e possivelmente o relato de demarcação português mais prolixo, ostentando por volta de 160 páginas. Além disso, Saldanha confeccionou o diário com o objetivo que esse fosse lido tanto em um contexto europeu como americano, como relatado pelo autor.

Apesar de preparar um segundo documento, até então de paradeiro desconhecido, chamado “Suplemento de História Natural”, Saldanha incorpora ao texto uma série de notas, que são relativamente comuns ao longo do texto, nas quais apresenta notícias sobre o país, comentários seus sobre as localidades e etimologia, além de algumas observações e descrições sobre a fauna e a flora. Esse artigo supõe com certa segurança que essas observações e descrições têm uma importância política além de científica, na qual o levantamento de informações de interesse exclusivo dos futuros naturalistas teria sido reservado ao “Suplemento”. A razão dessa afirmação se sustenta no fato que Saldanha desprende tempo e esforço para tornar o documento compreensível e não apenas um repositório de informações astronômicas e geográficas, além desse esforço ser usado futuramente como argumento para seu merecimento de mercês (AHU\_ACL\_CU\_019, Cx 11, D. 676, 1806). Também, é nítida a separação de públicos entre o Diário Resumido e o “Suplemento”, já que as informações do segundo texto são dedicadas exclusivamente aos naturalistas, enquanto as do primeiro documento são para seus leitores primários.

Essas notas, ademais, são simbolizadas de formas diferentes, como Saldanha explica no início do texto. Letras do alfabeto são usadas para fazer referência a questões de História Natural, e os números das do país, mas também faz uso de asterisco para outros comentários, geralmente etimológicos. Tal sinalização é de grande importância, já que nos auxilia a identificar o que Saldanha compreende como parte da História Natural, como suas descrições dos índios Tapes e Minuanos. O contrário também é verdade: touros, gado chimarrão, eguadas e outros animais de grande importância econômica não são tratados pela sinalização da História Natural, mas pela descrita como notícia do país, aproximando-os de assuntos econômicos e políticos da região.

Naquilo descrito nas notas de História Natural, é indubitável que a descrição dos povos ameríndios é a mais importante. Enquanto o exemplar da fauna melhor trabalhado recebe cerca de uma página de descrição (a anta), Saldanha desprende sete páginas, com direito a citações diretas de Lineu e comparação com Buffon, de observações cuidadosamente editadas sobre a vida e sociedade dos índios Minuanos e Tapes, além de discussão do lugar

desses entre outras “variedades” de ameríndios. O próprio astrônomo reconhece que, para o caso de serem notas, houve um excesso de sua parte, mas ele defende: “a importância da matéria me desculpará o excesso” (p. 231). Qual importância é essa, e principalmente para quem isso será importante, será discutida mais à frente.

Além disso, Saldanha não esconde que foi encarregado, apesar de não se sentir devidamente capacitado, a produzir as notas de História Natural por ordem de seus superiores, que trata-se de Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, brigadeiro governador do Rio Grande de São Pedro. Há um certo lamento nessa tarefa, como é visível na fala: “Eu sou mandado com as frágeis armas da minha humilde eloquência apresentar o descoberto peito aos críticos golpes das armadas series de illustres” (p.161). No entanto, ao longo do texto, é possível que esse receio seja mais próximo de uma modéstia em relação à Buffon e Lineu do que propriamente uma contra-vontade, já que demonstra orgulho e admiração em diversos momentos ao fazer referência a obra desses dois naturalistas. Essas referências podem, por outro lado, demonstrar a preocupação de Saldanha em sinalizar aos seus superiores que faz parte daquilo que Ângela Domingues (2012) denomina “elite de conhecimento” com formação em diversas áreas, representada aqui no astrônomo que também é capaz de dialogar com grandes nomes da História Natural.

Em relação à obra de Buffon e Lineu, Saldanha apresenta uma certa naturalidade em lidar com observações naturalistas, principalmente na sua familiaridade com o trabalho dos dois citados. Nas notas, há citações diretas de Lineu e Buffon, com direito a referências, o que leva a crer que Saldanha já tinha contato com História Natural e possivelmente carregava exemplares das obras dos dois naturalistas. O que também é interessante levantar é que tanto Lineu quanto Buffon são contemporâneos de Saldanha, mas também é o caso de Domenico Vandelli, o principal encarregado pela História Natural em Lisboa, que em nenhum momento é citado ou referenciado. É interessante abordar essa questão, visto que demonstra que a História Natural de Saldanha é menos um empreendimento científico pelo avanço da ciência, por mais que o mesmo esteja atualizado e engajado, e mais uma relação de “contribuir para uma gestão mais eficaz e para um controle mais efectivo do Estado” (2012, p. 214), como levanta Domingues. Um paralelo oposto é a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, expedição quase contemporânea à demarcação, que também reporta à Melo e Castro, secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, ao invés de Domenico Vandelli diretamente, segundo Raminelli (2008, pg. 69). Consequentemente, reafirma-se a ideia de que essa História Natural do final do século XVIII, principalmente a de Saldanha, é um assunto

muito mais interessante aos gabinetes do Conselho Ultramarino do que do Real Gabinete de História Natural.

Vale também destacar o uso pessoal que Saldanha fez do documento. Na carta de 1806 (AHU\_ACL\_CU\_019, Cx 11) já abordada, Saldanha utiliza seu zeloso Diário Resumido como argumento para defender o merecimento da promoção a tenente-coronel ao então príncipe regente D. João. Novamente, é o reforço da lógica de que as redes de informações, agora amparadas também na História Natural, são para essa “elite de conhecimento” uma oportunidade de desenvolvimento individual. É, também, o ponto último do utilitarismo do iluminismo luso-brasileiro, onde a ciência é ao mesmo tempo um instrumento de racionalização da sociedade e uma alavanca socioeconômica para atores como o Dr. José de Saldanha; desfeita, contudo, da sua característica *crítica* elencada por Bobbio.

...

Dado o interesse não apenas de diagnosticar a quem servia o Diário e suas informações, mas justamente trabalhar como as observações naturalistas são desenvolvidas e qual concepção de Natureza constroem, segue-se um desdobramento das informações mais detalhadas que trabalhará quatro pontos, ordenados de forma arbitrária: Princípios e Leis; Fauna, Flora e Minérios; Categorias de Análise e Abordagem aos Indígenas.

### 3.3 Os Princípios e As Leis

Para uma análise mais profunda e precisa, é necessário fazer uma separação na forma como o Dr. Saldanha aborda os fenômenos naturais. De maneira geral, ao tratar da observação da fauna e da flora, Saldanha raramente faz uma abordagem “apriorística”, baseada em formas e leis, ao invés da prevalência da experiência e daquilo visto. Aquilo observado, seja uma anta ou um cupinzeiro, são descritos como percebidos e como são usados pela economia local, na maioria das vezes. O único caso que invoca Leis da Natureza para tratar de um animal fora para introduzir a descrição do porco-do-mato:

“A’s Leys da Natureza obedecem todos os Corpos. O Supremo Ente Creador, parece que a todos pôs seus Limites. Não só admiramos a ordem invariável dos movimentos dos Planetas nas suas Orbitas, não só o perenne Circulo de transmutaçoes infinitas entre toda a matéria, Corporea, mas ainda a repartição do Mundo para taes e taes Animaes.” (SALDANHA, p. 171)

Tal eloquência descritiva, no entanto, serve para afirmar que os ameríndios desconheciam os javalis da mesma forma que os europeus desconheciam os porcos-do-mato,

o que reafirma uma separação da Natureza entre os continentes. Ademais, ao discutir alguma questão do relevo que extrapola as descrições geográficas, sempre o faz invocando os princípios gerais descritos por Buffon em tratados sobre Geografia. Também, há um momento ao final do Diário em que busca explicar um fenômeno estranho de luzes e estouros na Serra em pleno dia, que o faz invocando discursivamente as Leis da Eletricidade. Esses dados podem parecer de pouca relevância, mas revelam em que medida Saldanha percebe, ou constrói, a natureza do Rio Grande de São Pedro como determinada por princípios e leis, sendo restrita ao relevo, às diferenças gerais entre fauna e flora dos continentes e aos fenômenos naturais. Tais discussões eram, como trabalhado profundamente por Pedro Paulo Pimenta (2018), alvo de inúmeras intrigas entre naturalistas e filósofos naturais. Sabe-se que Buffon aproximava-se mais de uma concepção como a de Saldanha, que percebe princípios gerais e até um Ente Criador por trás das observações vistas. Ao trabalhar a História natural dessa forma, Saldanha revela, em certa medida, os recursos discursivos nos quais a História Natural se sustenta.

Portanto, é possível afirmar que, apesar da formação em Matemática e Astronomia, em relação à observação da fauna e da flora, Saldanha constrói uma Natureza em grande medida observacional, baseada na experiência e na descrição, não tão apriorística, baseada em princípios gerais e leis. É possível que esse fato seja indicativo de uma sinalização, por parte do autor, da sua polivalência intelectual, capaz não apenas de lidar com o exato e matemático, mas também com o variável, que é o principal objeto de estudo naturalista.

### 3.4 Fauna, Flora e Minerais

Em seguida, é preciso começar a análise por alguns dos exemplos de observações sobre fauna e flora que Saldanha produz. Como antes descrito, existe uma predileção para a inclusão dessas observações no Diário. Como não se tem acesso ao “Suplemento de História Natural”, não é possível afirmar que as observações tendem a um reino ou outro nesse documento, todavia no Diário esses pesos são bem distribuídos. Em primeiro lugar, os animais recebem a maior quantidade de atenção, sendo descritos de forma bastante naturalista em alguns casos, em outros algo mais próximo ao lugar cultural do animal na sociedade daquela região (como é o caso dos tigres, que são onças), mas outros não chegam a receber observações de cunho naturalista e são demarcados como “notícias do país”, ou seja, fazem parte do cenário econômico da região, como o gado chimarrão, os cavalos e os rebanhos de

gado bravo. Em segundo, as plantas recebem similar número de descrições, mas menor número de detalhes. Em terceiro lugar, os minerais, que fazem parte do campo de estudos da História Natural, são negligenciados, salvo uma menção à existência de ferro em um rio. Antes de começar a análise de alguns casos, é preciso lembrar que o Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, naquele momento era muito mais acobertado pela Mata Atlântica do que é hoje. Esse bioma, que atualmente restam somente 12,4% do que foi originalmente (SANTOS, 2022), foi uma densa floresta úmida, lar de uma grande biodiversidade presenciada pelos demarcadores. Como o próprio matemático destacou, é um campo fértil para os naturalistas devido a sua grande povoação pelos animais e diferentes plantas, o que implica que os poucos que foram descritos no Diário possuem um certo destaque entre os demais.

Dois animais receberam bastante cuidado por Saldanha, o primeiro é o caso da anta, que além de receber a descrição de sua fisionomia e pelagem, é comparada com a descrição desses animais feita por Buffon, que se encontra incorreta segundo o matemático. Na obra de Buffon, a ilustração faz o animal parecer um Javali com seus grandes caninos. A descrição da anta é interessante, pois Saldanha faz um extenso uso da analogia com outros animais: “Os dentes dianteiros quatro de cima, e outros tantos de baixo, como os dos Macacos, os caninos cônicos, e pouco maiores, e os mulares por todos no número 16 - como os dos Cavallos” (SALDANHA, p. 186). Quase todas as partes do animal são descritas dessa forma, o que faz parecer que seja uma mistura de tantas outras espécies. Ademais, apenas afirma que seu couro é grosso, sem outras descrições possíveis de uso econômico. A longa descrição das antas se justifica dado que elas têm um interesse especial para Buffon: esse autor sustentava que o clima úmido degenerava os animais, o que explicaria por que a América é o único continente sem elefantes. A anta, por conseguinte, seria algo como um “irrisório ‘elefante del Nuevo Mundo’ que, además de no tener ni trompa ni colmillos, no es mayor que un humilde burrito” (BUFFON, apud CAPONI, p. 696). Saldanha não partilha do mesmo tom depreciativo, mas demonstra interesse no animal. Nessa lógica da degeneração da América, os “crocodilos” também são descritos como sendo menores e menos bravos que seus semelhantes na Europa. Na verdade, são espécies diferentes, mas Saldanha compreende o jacaré brasileiro como um crocodilo.

O porco-do-mato é outro animal que recebeu especial atenção do astrônomo. Talvez por ter sido o primeiro a ser descrito, esse animal é utilizado como exemplo da separação divina entre o Novo Mundo e o Velho Mundo, atravessada pelo descobrimento, segundo suas palavras. Enquanto na Europa existem javalis, na América existem porcos-do-mato. A nota em

que faz essas afirmações é a que foi analisada anteriormente, que discorre sobre Leis da Natureza, e, apesar desse tom grandioso em que foi introduzida, termina a descrição com um certo desdém pelo “javali” da América “Sem cauda alguma. Frequentemente se encontram nestes Bosques do Brazil, não costumão investir. Servem para a comida estando gordos de outra sorte não se pode aturar o fertum da sua carne.” (SALDANHA, p. 171). Os adjetivos e outras opiniões desse tipo serão analisados posteriormente.

Outros animais são descritos visando especificamente questões econômicas: as abelhas da região são abordadas nas suas estruturas coloniais, como constroem suas colmeias, além da qualidade do seu mel e o que fazer em caso de ser picado. Os peixes não são descritos, apenas nomeadas suas espécies, onde a descrição foi guardada para o “Suplemento”, no entanto o seu uso econômico pelos habitantes da região foi registrado algumas vezes e seus números tomados como “abundantes”.

Os tigres de Saldanha, que Buffon vai classificar como panteras, mas que hoje sabe-se que tratam-se de onças, têm um papel interessante nessas observações. Ora fazem parte da História Natural, sendo descritas na sua pelagem e comportamentos, ora fazem parte das notícias do país, onde os habitantes tiveram contatos com esses animais, ora fazem parte da etimologia da região, dando nomes a rios como Jaguari, que quer dizer “o rio dos tigres” segundo o autor do documento.

Os touros, o gado bravo, os cavalos bravos, as eguadas e o gado chimarrão são todos citados, mas nunca analisados em notas de História Natural. As notas que contém tais observações são marcadas normalmente por números ou asteriscos, ou seja, tratam-se de notícias do país, questões que o astrônomo achou importante que seus leitores soubessem, mas que sabia que não seriam de interesse dos naturalistas.

As plantas, por outro lado, possuem descrições mais concisas, porém em maior número. Trata-se na maioria dos casos de árvores, como o Jeribá, que surgem nas notas na medida que constroem a flora do relevo demarcado pelo astrônomo. Apenas em um caso foi descrita uma flor e em nenhum momento foram descritas ervas, que normalmente são bem quistas pelos naturalistas visto seu uso medicinal. Tal divergência é interessante, já que Raminelli identificou que os demarcadores do Tratado de Madrid abordaram somente esses quesitos, que em Saldanha aparecem negligenciados. Por outro lado, a descrição de árvores que se dá em razão da observação da sua espécie durante a descrição do relevo indica que sua função no documento é mais próxima da identificação da região, ao invés de propriamente

uma descrição naturalista, dado a falta de detalhes. No que tange os minerais, como antes descrito, esses foram apenas mencionados ligeiramente em uma notícia sobre o país e não compõe a História Natural do matemático.

### 3.5 As Categorias de Análise

É preciso, nesse momento, abordar as formas linguísticas que Saldanha fez tais descrições, já que elas podem revelar de forma mais exata que construção está sendo feita. Saldanha em vários momentos, no qual o porco-do-mato é o melhor exemplo, faz o uso de comparação com outros animais, principalmente com as espécies da Europa.

A técnica da Anatomia Comparada praticada por naturalistas, descrita por Pedro Paulo Pimenta, se faz presente de forma substancial somente no caso da descrição da anta, e em ligeiros momentos em outros animais. Não é possível afirmar que o mesmo ocorre no “Suplemento de História Natural” por razões evidentes da falta de acesso ao documento, todavia, no que tange o Diário Resumido, as técnicas mais precisas e científicas de descrição naturalista não são bem aplicadas em todas as observações, salvo os casos já analisados.

Outro fator importante é a ausência da temporalidade em relação a esses seres. A única espécie que apresentou alguma mudança ao longo dos anos é o gado chimarrão, que o matemático afirma que foi introduzido pelos padres jesuítas na região durante os descobrimentos. Nesse sentido, no que tange a temporalidade dessa História Natural, ela aparenta ser relativamente estática, somente atravessada pela colonização. Essa ruptura, ademais, não é tão temporal quanto é espacial, já que o próprio autor levanta que se tratava de um limite da Natureza, e não uma etapa do tempo. Saldanha, por outro lado, trabalha indiretamente com a teoria da degeneração de Buffon, que pressupõe em algum momento um espécie ou um animal não-degenerado e que foi afetado pelo clima úmido, ao tratar certas espécies como versões inferiores de espécies europeias (porcos-do-mato, antas, jacarés), mas não chega a abordar diretamente essas ideias nem a postular sobre o clima da região.

No que tange a fauna, Saldanha segue um método similar ao de Lineu e dos diversos naturalistas de analisar em primeira instância sempre a visualidade da espécie. Sua pelagem e padrão de cores dominam o início das descrições, seguida de sua anatomia. Como levantado por Foucault (2000), a História Natural teve como uma de suas funções tornar perceptível na realidade uma certa representação da natureza. Seu objetivo é representar aquilo que se deseja

perceber dentre a enxurrada de diversidade que se encontra na região. Nesse sentido, Saldanha não destoa das suas influências e produz um trabalho eficiente, já que, de fato, a representação da fauna e da flora foi construída segundo a sua visualidade.

O astrônomo, ademais, muitas vezes desvia de uma objetividade ideal científica e exprime suas opiniões e percepções individuais. Na descrição de alguns insetos, não evita categorizar os mosquitos como irritantes, assim como o porco-do-mato seria inútil caso sua carne seja de má qualidade, pois seu cheiro é insuportável. Tais adjetivações podem parecer banais ao leitor, mas é preciso lembrar que durante o século XVIII as cartas, os diários, as remessas e os documentos como esse são a principal fonte de informações sobre a América. Há aqui uma representação, presumida científica, da natureza do Rio Grande de São Pedro, na qual essas opiniões fazem parte da construção de um horizonte de referência, seguindo a lógica da construção narrativa de Hans Gadamer (pg. 52-53, apud RITIVOI), que vai tornar esse espaço compreensível para as pessoas que moram do outro lado do Oceano Atlântico. Com essas referências em mão, logo, a tomada de decisões em Lisboa pode partir de fundamentos sólidos. É nisso que se sustenta a antiga exuberância natural relatada nas crônicas do começo do século XVI, na mesma medida que essa relativa irritação desvaloriza os potenciais dessa região aos olhos da Corte e dos seus outros potenciais leitores. Vale lembrar, ainda assim, que os tons das descrições se aproximam na sua maioria de uma objetividade. Em seguida, analisaremos o caso em que tais opiniões extrapolam os adjetivos e passam a se tornar sugestões explícitas na descrição que Saldanha faz dos povos indígenas.

### 3.6 Abordagem aos Indígenas

Como levanta Laroque (2002, apud BRAGA), a política indigenista do final do século XVIII é caracterizada por relações de “serviço e negociação” sob a nova legislação pombalina. O Diário de Saldanha reflete esses interesses nas suas descrições dos povos que encontra, principalmente pela escolha de quem analisar, além dessas análises serem as mais completas e extensas de todo o documento, somando o que seria similar a sete páginas de notas, enquanto o animal mais bem descrito, a anta, detém apenas uma página. Em um primeiro momento, abordados como diferentes “subvariedades” da “variedade de Homem” americana, os Minuanos, descritos mais extensivamente, e os Tapes, menos trabalhados mas também de interesse, tem suas características fisionômicas descritas, segundo o modelo de Lineu e Buffon. São descritas também, nessa ordem: trajés, casas, comidas, armas, costumes, religião, idiomas, número e habitação. Em outros artigos que tratam dessa fonte, afirma-se que as características culturais desses povos não foram trabalhadas. Tal afirmação é

equivocada, já que toda etimologia é baseada na cultura dos Minuanos ou dos Tapes, além dos aspectos culturais serem extensivamente trabalhados na descrição de suas sociedades, como é possível ver pela lista de assuntos. Essa distinção não é um mero detalhe, a cultura desses povos é parte da História Natural, pelo menos assim foi pressuposta por Domingos Vandelli nos manuais de instrução naturalista (NEVES e SEGANTINI, 2020, p. 603), e, como tal, serve de objeto de análise à Saldanha. Vale ressaltar, também, que Karina Moreiro Melo (2018) e Bruna Sirtori (2008) já analisaram de forma melhor e mais aprofundada a “etnografia” produzida, inclusive fazendo comparações com outros demarcadores como Félix de Azara do lado espanhol.

Ao leitor que estiver menos acostumado com História Natural desse momento, pode soar estranho povos indígenas serem trabalhados juntos da fauna, da flora e dos minérios do país. É preciso lembrar que, segundo Renato Silveira, a História Natural do século XVIII dá as bases daquilo que se constrói como racismo científico e que naquele momento levantava raça como “critério válido de classificação e influência determinante em todas as realizações humanas” que tinha como objetivo formar “um imenso território para a colonização intelectual” (2000, p. 100). Ademais, como bem assinalou Reinhart Koselleck, com o desenvolvimento da História Natural “a natureza historicizada podia servir agora também como característica estrutural da História humana.” (2013, p. 169), nesse sentido a ciência naturalista faz uma importante ligação entre aquilo que é parte da natureza e aquilo que é relativo às sociedades humanas. Exemplo dessas concepções é a noção de que as espécies, assim como as civilizações, não estariam equalizadas no horizonte do tempo (como Roger Bacon compreendia), mas em diferentes formas de complexidade. Como antes exposto no caso das antas, a degeneração de uma versão anterior da espécie é um tema presente na História Natural de Buffon e que, no caso dos povos indígenas analisados por Saldanha, imbui as opiniões e os preconceitos com um verniz de cientificidade, útil à justificação da dominação. Por conseguinte, a História Natural ajuda a construir o espaço para a diferenciação entre povos e justificações de atos violentos baseadas nesses conhecimentos, essa é a principal razão pela qual os Minuanos e os Tapes são descritos no Diário.

Logo, quando Saldanha descreve uma antiga tradição de luto de automutilação, da qual não se sabe afirmar a veracidade, que *era obrigatória* e já não é mais, não se trata de uma mera observação da cultura minuana em mudança, mas da construção de um estereótipo de atraso, visto como parte da natureza da “subvariedade”, que os representa como antes brutais, mas em processo de civilização. Saldanha não tem medo de expor a função dessa descrição:

ao tratar do número de indivíduos que habitam um Toldo, algo que varia de 30 a 200, ele afirma que formam uma “quantidade tão proporcionada, para serem de repente apreendidos, e repartidos pelos Povos Cultos das duas nações que possuem esta parte do Continente?” (SALDANHA, p. 236). É preciso nesse momento lembrar que esse Diário de Campanha foi editado para ser legível tanto na América colonial quanto na Europa, também que a descrição dos povos indígenas foi extraordinária quando comparada a outras observações, além de estar destacada do “Suplemento de História Natural” propositalmente. Portanto, todas essas informações conduzem o argumento que uma das funções da História Natural nesse documento foi instruir a Corte, e quaisquer leitor da administração, do potencial de territorialização da região, onde a Natureza torna-se um sinal dos interesses e pontos de entrada.

É preciso, no entanto, fazer uma última ressalva sobre a fauna e a flora descrita. O “Suplemento de História Natural”, documento que teria contido as observações naturalistas completas, até o momento tem seu paradeiro desconhecido. Logo, ainda que as descrições tenham sido poucas e curtas, não é possível fazer uma análise específica sobre a qualidade científica do empreendimento como um todo, apenas do segmento selecionado para constituir o documento com maior número de potenciais leitores. O que pode ser inferido é a função dessa História Natural, já que a mesma foi tão importante que se fez presente na forma resumida do Diário, endereçado ao então governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara e posteriormente enviada à Corte de Lisboa.

#### **4 A NATUREZA E SUA HISTÓRIA**

É possível, então, defender que existem três esferas de interesse que se interseccionam na História Natural do Diário Resumido. A primeira surge a partir da Coroa portuguesa, representada pela figura de Sebastião Xavier, que por sua vez seguia as ordens do Conselho Ultramarino, que está interessada na construção de conhecimento confiável sobre essas disputadas fronteiras e seus espaços desconhecidos. A segunda trata-se dos interesses científicos de Domingos Vandelli e da História Natural de Lisboa, que potencialmente teve acesso às descrições e observações feitas no “Suplemento”. Por fim, a terceira são os interesses individuais de Dr. José de Saldanha em demonstrar sua polivalência, seu lugar na “elite intelectual” e sua capacidade de dialogar com intelectuais europeus de renome como Carl Von Lineu e o conde de Buffon, em vias de ser útil o suficiente para receber suas

benesses e mercês. Nessa lógica, o tigre de Saldanha seja talvez o melhor exemplo da Natureza construída, já que é descrito cientificamente segundo os métodos naturalistas, mas sua presença e atuação é incorporada não apenas nas dinâmicas daquela sociedade que precisa lidar com esse felino, mas na mapeação do relevo por meio da associação entre a presença desses animais e a toponímia dos rios (caso de Jaguari).

É necessário, no entanto, salientar a distinção dentro dessa primeira esfera de interesse entre a função de *auxiliar na territorialização* do Rio Grande de São Pedro e de demonstrar *potenciais econômicos da sua natureza*. Pode ser que, no “Suplemento de História Natural”, os minérios e os usos medicinais tenham sido melhor explorados, todavia no Diário Resumido essas potencialidades são negligenciadas. Saldanha, ademais, descreve cada observação como uma nota anexada a um nome de local ou a uma referência geográfica. Por exemplo, ao fazer uma observação sobre as abelhas Lechiguanas e outros tipos de abelhas da região, o matemático começa sua descrição somente no momento em que se transita perto ao “Arroyo do Cemitério e Lichiguena” (SALDANHA, p. 184-185). Raríssimas são as notas de História Natural que não surgem a serviço de aprofundar a descrição do relevo, da hidrografia ou da toponímia local. Tal característica é de grande relevância, já que o ordenamento da natureza é uma das características essenciais do empreendimento naturalista, como bem definiu Foucault: “o naturalista é o homem do visível estruturado” (2000, p. 223). É perceptível, logo, que esse ordenamento estruturado surge na medida que auxilia na representação do espaço.

Como destaca Boccara (2003) ao explorar Bordieu, “pues en la base del funcionamiento de todo sistema social se encuentra siempre un principio legítimo y dominante de visión y de división del mundo”, onde tais divisões criam categorias que “interviene en la construcción del mundo social” (p. 8). Numa lógica similar, é possível que ao descrever os Minuanos, as árvores Jeribás, os Porcos-do-mato, e tantos outros seres que compõem a Natureza de Saldanha, há um projeto de construção social do território do Rio Grande de São Pedro. A História Natural aqui não é apenas um meio de manter vivas as redes de informações que alimentam o pacto colonial, propostas bem desenvolvidas por Raminelli e Ângela Domingues, mas principalmente um instrumento de auxílio à territorialização por meio da construção de uma representação pragmática.

Nessa Natureza há, também, um limite abstrato e faltoso entre a natureza e a sociedade colonial. O gado chimarrão, que é potencialmente uma das espécies mais importantes para a economia do Rio Grande de São Pedro, nunca é tratado como parte da História Natural, mas sempre como “notícia do paíz”. Já os povos indígenas Minuanos e Tapes são descritos de

forma extensa, incluindo seus líderes e suas relações políticas. Esse limite, no entanto, é poroso. Diversas são as menções aos Minuanos fora da sua descrição, além do caso dos “tigres” que são marcados por três tipos diferentes de notas. É seguro afirmar, em consequência, que não há uma separação absoluta entre os assuntos da sociedade colonial e da natureza em que está inserida. Essa posição é condizente com a perspectiva de que a História Natural de Saldanha constrói uma Natureza que *mapeia* um espaço e seus constituintes, a fim de representar um território.

Portanto, assim como o território é tornado visível pela cartografia, a natureza do Rio Grande de São Pedro é representada por essa Natureza construída por meio dos métodos da História Natural do Dr. José de Saldanha. Ambas as ciências, no contexto da demarcação do Tratado de Santo Ildefonso, convergem num mesmo intuito específico de territorialização, a primeira pelo relevo e a segunda pela fauna e flora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar por meio da análise desenvolvida e a recontextualização a partir das informações, o “Diário Rezumido, e Historico, ou Relação Geographica das Marchas, e Observações Astronomicas, com Algumas Notas sobre a Historia Natural, do Paiz” produzido pelo demarcador Dr. José de Saldanha é um documento muito relevante para repensar a função que a ciência naturalista possuía nas demarcações de limites do final dos setecentos. Tal empreitada científica servia menos a Domingos Vandelli e aos naturalistas de carreira portugueses, mas se fez mais necessária à territorialização do Rio Grande de São Pedro, por meio da representação do seu espaço aderido aos elementos de sua natureza.

Tecidas essas análises, é possível identificar a História Natural desses atores menos como uma coleta de informações e observações confusas e imprecisas, e mais como um tipo de conhecimento similar à cartografia produzida por eles, que além de desempenhar o papel de representar o espaço e suas características, faz levantamentos sobre suas potencialidades e que, no contexto do Tratado de Santo Ildefonso, tem função primária a apropriação do território (OSÓRIO, 1980, p. 144-153), que prescinde do seu conhecimento. A Natureza do Diário Resumido do Dr. José de Saldanha, portanto, é mais próxima aos signos de um mapa, como aquele produzido pelo astrônomo exposto ao final do documento.

Futuras pesquisas sobre o tema do uso da ciência naturalista nas demarcações podem seguir similares perspectivas ao tratar das produções de outros demarcadores, principalmente Félix de Azara. Também, uma análise da História Natural desses quando comparado ao do naturalista de carreira Alexandre Rodrigues Ferreira poderia expor ainda mais as diferenças entre as duas empreitadas e assim revelar as características de interesse das redes de informações necessárias no pacto colonial. Ainda que esses temas de pesquisa sejam menos tradicionais à História das Ciências, eles elucidem a forma como as sociedades se apropriam e produzem ciência, além de revelar a quem esse conhecimento serve. No que tange estudos que usam especificamente essa fonte, faz-se necessário uma biografia do Dr. José de Saldanha, já que sua trajetória é interseccionada por diversos contextos históricos que rondam as demarcações e seu perfil talvez seja um exemplo mais proveitoso do que Ângela Domingues denomina “elite intelectual” que surge da reforma da Universidade de Coimbra em 1772.

Em relação aos conhecimentos indígenas e regionais, esse artigo analisou apenas o ponto de vista da europeu, em específico de Saldanha, e em momento algum rebateu a construção naturalista com os conhecimentos locais que a fundamentam. Uma análise por essa via, logo, se torna frutífera e necessária caso pesquisas em torno dessa História Natural pragmática e cartográfica do século XVIII cresça na literatura histórica, em vias de não apagar os inúmeros práticos, habitantes e sujeitos da região que participaram desse processo.

## **6 REFERÊNCIAS**

### **6.1 Fontes**

#### **Biblioteca Nacional**

SALDANHA, José de. "Diário resumido e histórico" [1787]. In: Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1938. vol.LI, p. 131-294.

#### **Arquivo Histórico Ultramarino**

AHU\_ACL\_CU\_019, Cx 11, D. 676. (Carta do Governador Paulo José da Silva Gama ao príncipe regente D. João enviando requerimento de José de Saldanha que pede promoção ao posto de tenente-coronel, 1806).

## 6.2 Bibliografia

- BINETTI, Saffo: verbete “Iluminismo”, in Norberto BOBBIO, Nicola MATTEUCCI & Gianfranco PASQUINO: *Dicionário de Política*, UnB, Brasília, ed. 11, v. 1, 674 p., 1998.
- BRAGA, Danilo. *A História dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)*. PPGHIST, 2015.
- BOCCARA, Guillaume. “Fronteras, mestizajes y etnogénesis en las Américas”, in MANDRINI, Raul J y PAZ, Carlos D. (comp.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVIII-XIX*. Un estudio comparativo. Tandil/IEHS, 2003.
- CAPONI, Gustavo. La miseria de la degeneración: el materialismo de Buffon y las ‘limitaciones’ de su transformismo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.683-703.
- CESAR, Guilhermino. O tratado de Santo Ildefonso. In: CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. cap. V, p. 199-205.
- DOMINGUES, Ângela. *MONARCAS, MINISTROS E CIENTISTAS: MECANISMOS DE PODER, GOVERNAÇÃO E INFORMAÇÃO NO BRASIL COLONIAL*. 1. ed. Lisboa: Cham, 2012. 301 p. ISBN 978-989-8492-14-2.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 200. 541 p.
- GARCIA, Elisa, F. “Os índios e as reformas borbônicas: entre ‘despotismo’ e o consenso”, in *História das Américas*. AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronald (Orgs.). RJ: FGV, 2011.
- GIL, Tiago; VALENCIA, Villa Carlos. Sobre o comércio ilícito: a visão dos demarcadores de limites sobre o contrabando terrestre na fronteira entre os domínios lusos e espanhóis no Rio da Prata (1780-1810). In: *II Jornadas de História Regional Comparada*, 2005, Porto Alegre. p. 1-23. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H4-13.pdf>>. Acesso em 4 de abril de 2022.
- KANTOR, Iris. *Cartografia e Diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica*. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61, jul.- dez. 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- KURY, L.: ‘Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)’. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1). p.109-29, 2004.
- MELO, Karina Moreira. A execução do tratado de Santo Ildefonso e as atuações indígenas na fronteira platina. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS* Vol. 10 Nº 19, Janeiro - Junho de 2018 p. 169-187

- OSÓRIO, Helen. *Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. Editora OIKOS. [S.L.], 1980.
- PIMENTA, Pedro Paulo. *A trama da natureza: organismo e finalidade na época da ilustração*. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2018. 469 p.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2008. 320 p.
- RITIVOI, Andreea Deciu. *Empatia, Intersubjetividade e Compreensão Narrativa: lendo as histórias, lendo as vidas (dos outros)*. Ed. Letra e Voz, São Paulo, 2018. 69 p.
- SANTOS, Vanessa Sardinha dos. "*Mata Atlântica*"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/biologia/mata-atlantica.htm>>. Acesso em 4 de abril de 2022.
- SILVEIRA, Renato . "O selvagens e a massa. Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental". *Afro-Ásia* (Salvador), nº 23, p. 87-144, 2000.
- SIRTORI, Bruna. Nos limites do relato: Indígenas e demarcadores na fronteira sul da América Ibérica no século XVIII. *Fundação Biblioteca Nacional, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa*, p. 1-28, 2008. Disponível em <<https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/nos-limites-relato-indigenas-demarcadores-fronteira-sul/brunasirtori.pdf>> Acesso em: 26 de Abril de 2022.
- SPALDING, Walter. Dicionário do "Diário Resumido e Histórico" de José Saldanha. *Revista de História*, São Paulo, v. 38, ed. 77, p. 199-237, 30 mar. 1969. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1969.128556>. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/128556>>. Acesso em: 28 dez. 2021.